creto Estadual nº 48.817/2023, de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos, e posteriormente apresentar o respectivo certificado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2025

RICARDO CARDOSO DOS SANTOS
Subsecretário de Gestão Administrativa e Financeira

Id: 2681340

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SEGOV/SUBADM Nº 65
DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Resolução SEGOV nº 159 de 30 de abril de 2025; e

CONSIDERANDO:

- o disposto no artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei;

- o disposto no art. 4º do Decreto Estadual nº 48.817/2023, de 24 de novembro de 2023, e

- o disposto no Processo nº SEI-420001/001780/2025

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato SEGOV firmado entre SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO e a empresa LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE.

Gestor Titular: Marcella Andrade Vilar Saa, ID Funcional nº 5154935-2

Gestor Suplente: Matheus Silva Lettre Chaves, ID Funcional: 5154945-0

Fiscal: Rayana Rangel Peixoto Sena Rigaud, ID Funcional nº 4429526-0

Fiscal: Daniele Pereira Santos, ID Funcional nº 4405802-0

Fiscal: Polyana Gomes Rebelo, ID Funcional nº 4376078-3

Fiscal Suplente: Alessandra Menezes Gomes, ID Funcional nº 4380036-0

Art. 2º - O gestor e os fiscais ora designados e previamente cientificados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 48.817/2023, de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos, e posteriormente apresentar o respectivo certificado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2025

RICARDO CARDOSO DOS SANTOS
Subsecretário de Gestão Administrativa e Financeira

Id: 2681346

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SEPLAG/SUBPLO Nº 103
DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

ALTERA OS ANEXOS DO DECRETO
Nº 46.930, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, titular do Órgão Central de Planejamento e Orçamento do Estado, conforme o parágrafo 1º, do art. 9º, do Decreto Estadual nº 48.413, de 21 de março de 2023, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º, do Decreto Estadual nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-120001/002661/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a descrição, na Tabela VII - Natureza de Despesa, anexa ao Decreto nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, das seguintes Naturezas de Despesa:

Natureza de Despesa	Título Oficial	Fundamento Legal	Descrição
3.3.90.08.24	Auxílio qualificação - militar	Decreto Estadual Nº 44.573 de 23 de janeiro de 2014	Registra o valor de despesas correntes, de outras despesas correntes, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar com pagamento de Auxílio qualificação concedido aos professores Militares, destinado a prover gastos com atividades pedagógico-culturais.
3.3.90.93.09	Restituições a estudante servidor RIOPREVIDÊNCIA	Lei Ordinária Estadual Nº 5260 de 11 de junho de 2008 // Lei Complementar Estadual Nº 132, de 25 de novembro de 2009.	Registra o valor de despesas correntes, de outras despesas correntes, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Indenizações e Restituições com pagamento de Restituição a servidores matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.
4.6.90.93.05	Restituições depósitos judiciais tributários - L.C. nº 151/2015	Lei Complementar Federal Nº 151, de 5 de agosto de 2015	Registra o valor de despesas de capital, de amortização da dívida, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Indenizações e Restituições com pagamento de restituição proveniente de depósitos judiciais tributários.
4.6.90.93.06	Restituições depósitos judiciais não tributários - L.C. nº 151/2015	Lei Complementar Federal Nº 151, de 5 de agosto de 2015	Registra o valor de despesas de capital, de amortização da dívida, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Indenizações e Restituições com pagamento de Restituição proveniente de depósitos judiciais não tributários.
4.6.90.93.07	Restituições depósitos administrativos - L.C. Nº 151/2017	Lei Complementar Federal Nº 151, de 5 de agosto de 2015	Registra o valor de despesas de capital, de amortização da dívida, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Indenizações e Restituições com pagamento de restituição proveniente de depósitos administrativo.
3.3.90.08.06	Auxílio Natalidade - Ativo Militar	Decreto Estadual Nº 2.467, de 02 de março de 1979.	Registra o valor de despesas correntes, de outras despesas correntes, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar com pagamento devido à militar, cônjuge ou companheiro militar por motivo de nascimento de filho.
3.3.90.08.08	Auxílio Natalidade - Inativo Militar	Decreto Estadual Nº 2.467, de 02 de março de 1979.	Registra o valor de despesas correntes, de outras despesas correntes, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar com pagamento devido à militar inativa, cônjuge ou companheiro militar por motivo de nascimento de filho.
3.3.90.08.10	Auxílio Natalidade - Pensionista Militar	Decreto Estadual Nº 2.467, de 02 de março de 1979.	Registra o valor de despesas correntes, de outras despesas correntes, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar com pagamento devido à pensionista militar inativa, cônjuge ou companheiro militar por motivo de nascimento de filho.
4.4.90.52.13	Instrumentos Musicais e Artísticos	Lei Ordinária Estadual Nº 6177, de 9 de março de 2012	Registra o valor de despesas de capital, de investimentos, com aplicações diretas, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Equipamentos e Material Permanente com pagamento de Despesas Orçamentárias com a aquisição de todos os instrumentos de cordas, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral, tais como clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.
3.1.91.13.04	Contribuições para o pagamento de Pessoal Civil Inativos e Pensionistas	Lei Ordinária Estadual Art. 14º, IX, da Lei nº 7457 de 18 de outubro de 2016.	Registra o valor de despesas correntes, de pessoal e encargos sociais, com aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, decorrentes de Despesas Orçamentárias com Obrigações Patronais com pagamento de contribuições para o pagamento de pessoal civil inativos e pensionistas.

Art. 2º - Criar na Tabela VI - Natureza de Receita, anexa ao Decreto nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, as seguintes Naturezas de Receita:

Código (NR)	Título Oficial	Fundamento Legal	Descrição
2.4.4.1.52.0.0.00	Transferências do FEF - LC nº 212/2025	Lei Complementar Federal Nº 212, de 13 de janeiro de 2025, Arts. 9º e 10º	Agrega as receitas oriundas das transferências de recursos do Fundo de Equalização Federativa (FEF) destinados aos estados e ao Distrito Federal
2.4.4.1.52.0.1.00	Transferências do FEF - LC nº 212/2025	Lei Complementar Federal Nº 212, de 13 de janeiro de 2025, Arts. 9º e 10º	Agrega as receitas oriundas das transferências de recursos do Fundo de Equalização Federativa (FEF) destinados aos estados e ao Distrito Federal
2.4.4.1.52.0.1.01	Transferências do FEF - LC nº 212/2025 - Principal	Lei Complementar Federal Nº 212, de 13 de janeiro de 2025, Arts. 9º e 10º	Agrega as receitas oriundas das transferências de recursos do Fundo de Equalização Federativa (FEF) destinados aos estados e ao Distrito Federal

Art. 3º - Criar na Tabela V - Fonte de Recursos, anexa ao Decreto nº 46.930, de 07 de fevereiro de 2020, a seguinte Fonte de Recurso:

Código (FR)	Título Oficial	Fundamento Legal	Descrição
1.722.154	Transferências do Fundo de Equalização Federativa (FEF) LC nº 212/2025 Propag	Lei Complementar Federal Nº 212, de 13 de janeiro de 2025, Art 11º	Agrega as receitas oriundas das transferências de recursos do Fundo de Equalização Federativa (FEF) destinados aos estados e ao Distrito Federal

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2025

RAFAEL VENTURA ABREU
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Id: 2681348

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
REPRESENTAÇÃO GERAL DA FAZENDA
DESPACHOS DA REPRESENTANTE DE 22/09/2025

PROCESSO Nº SEI-040006/040798/2024 - AMSTERDAM SAUER JOALHEIROS LTDA. - Assim, em ambas as esferas (administrativa e judicial) têm-se as mesmas partes, Estado e AMSTERDAM SAUER JOALHEIROS LTDA., debatendo em torno da mesma situação fática e da mesma pretensão, qual seja, o direito (ou não) do contribuinte de realizar sua denúncia espontânea, nos termos do art. 138 do CTN, afastando, a imposição da multa moratória das competências de outubro de 2021 a dezembro de 2022. Desse modo, considerando as normas de caráter impositivo dos artigos 227 e 228[1], do Código Tributário Estadual, bem como do artigo 3º, da Resolução SEFAZ nº 1.073/84, pelas quais se impõe a regra de que o simples ajuizamento de ação judicial contendo a mesma relação jurídica de direito material torna desnecessária a defesa na via administrativa, essa Representação da Fazenda **DECLARA** a identidade parcial dos litígios administrativo e judicial relativamente ao Processo nº 0044569-78.2023.8.19.0001.

PROCESSO Nº SEI-040224/005633/2023 - D&I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. - Assim, em ambas as esferas (administrativa e judicial) têm-se as mesmas partes, Estado e D&I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., debatendo em torno da mesma situação fática e da mesma pretensão, qual seja, a exigibilidade, ou não, da cobrança do ICMS-DIFAL. Desse modo, considerando as normas de caráter impositivo dos artigos 227 e 228, do Código Tributário Estadual[1], bem como do artigo 3º, da Resolução SEFAZ nº 1.073/1984[2], pelas quais se impõe a regra de que o sim-

ples ajuizamento de ação judicial contendo a mesma relação jurídica de direito material torna desnecessária a defesa na via administrativa, essa Representação da Fazenda **DECLARA** a identidade total dos litígios administrativo e judicial relativamente ao Processo nº 0057917-03.2022.8.19.0001.

PROCESSO Nº SEI-040006/018762/2024 - IRMÃOS FAUSTINO PORTO E CIA. LTDA. - Assim, em ambas as esferas (administrativa e judicial) têm-se as mesmas partes, Estado e IRMÃOS FAUSTINO PORTO E CIA. LTDA., debatendo em torno da mesma situação fática e da mesma pretensão, qual seja, a incidência ou não do FOT sobre o diferimento de ICMS de que goza o Contribuinte. Desse modo, considerando as normas de caráter impositivo dos artigos 227 e 228[1], do Código Tributário Estadual, bem como do artigo 3º, da Resolução SEFAZ nº 1.073/84, pelas quais se impõe a regra de que o simples ajuizamento de ação judicial contendo a mesma relação jurídica de direito material torna desnecessária a defesa na via administrativa, essa Representação da Fazenda **DECLARA** a identidade parcial dos litígios administrativo e judicial relativamente ao Processo nº 0119368-29.2022.8.19.0001.

PROCESSO Nº SEI-040006/022918/2024 - INBRANDS INDÚSTRIA DE ROUPAS S.A. - Assim, em ambas as esferas (administrativa e judicial) têm-se as mesmas partes, Estado e INBRANDS INDÚSTRIA DE ROUPAS S.A., debatendo em torno da mesma situação fática e da mesma pretensão, qual seja, a legitimidade ou não da cobrança dos valores de ICMS e FECF a uma alíquota majorada de 3,5% realizada pelo Decreto nº 45.607/2016. Desse modo, considerando as normas de caráter impositivo dos artigos 227 e 228[1], do Código Tributário Estadual, bem como do artigo 3º, da Resolução SEFAZ nº 1.073/84, pelas quais se impõe a regra de que o simples ajuizamento de ação judicial contendo a mesma relação jurídica de direito material torna desnecessária a defesa na via administrativa, essa Representação da Fazenda **DECLARA** a identidade parcial dos litígios administrativo e judicial relativamente ao Processo nº 0191314-32.2020.8.19.0001.

Id: 2681233

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
REPRESENTAÇÃO GERAL DA FAZENDA
DESPACHOS DA REPRESENTANTE DE 22/09/2025

PROCESSO Nº SEI-040039/000220/2022 - NIELY DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA. - Assim, em ambas as esferas (administrativa e judicial) têm-se as mesmas partes, Estado e NIELY DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA., debatendo em torno da mesma situação fática e da mesma pretensão, qual seja, a incidência ou não do FEEF sobre o diferimento de ICMS de que goza o Contribuinte. Desse modo, considerando as normas de caráter impositivo dos artigos 227 e 228[1], do Código Tributário Estadual, bem como do artigo 3º, da Resolução SEFAZ nº 1.073/84, pelas quais se impõe a regra de que o simples ajuizamento de ação judicial contendo a mesma relação jurídica de direito material torna desnecessária a defesa na via administrativa, essa Representação da Fazenda **DECLARA** a identidade parcial dos litígios administrativo e judicial relativamente ao Processo nº 0062373-69.2017.8.19.0001.

PROCESSO Nº SEI-040036/000228/2023 - OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Frise-se que as ações judiciais informadas pelo Contribuinte são de supostos clientes que possuem decisão judicial favorável no sentido de determinar que o Estado do Rio de Janeiro se abstenha de cobrar o ICMS sobre os serviços de fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações em alíquotas superiores a 18%. Trata-se, exatamente, da tese firmada no Tema 745 do STF. Contudo, o Contribuinte não é parte em qualquer dessas ações judiciais informadas, motivo pelo qual não há identificação de litígio administrativo e judicial, podendo haver reflexo de tais ações no presente processo em decorrência da instrução processual. Desse modo, esta Representação da Fazenda **DECLARA** a incoerência de identidade de litígio administrativo e judicial na presente análise. Inaplicável, portanto, o disposto nos artigos 227 e 228 do Código Tributário Estadual (Decreto-Lei nº 5/75)[1].

PROCESSO Nº SEI-040006/036313/2024 - BINZEL DO BRASIL IN-